Ensaio sobre os “Consejos Comunales” e a participação política na Venezuela Bolivariana a partir um olhar luxemburguista

Pedro Henrique de Moraes Cicero¹

Resumo

O texto se propõe a problematizar as estruturas que materializam a prática política estabelecida nos *Consejos Comunales* venezuelanos a partir dos aportes teóricos contidos nos escritos de Rosa Luxemburgo. Para tanto, serão enfatizados os debates propostos pela filósofa polonesa acerca dos temas do centralismo e dos conselhos operários. Por fim, e a partir de tais contribuições, esboçar-se-á uma breve análise sobre questões atinentes à [falta de] autonomia percebida na trajetória recém-constituída por parte das referidas instâncias participativas na Venezuela Bolivariana.

Palavras-Chave

Revolução Bolivariana – *Consejos Comunales* – Rosa Luxemburgo – Autonomia

1. Considerações Preliminares

O presente ensaio tem como objetivo analisar a experiência política desenvolvida em âmbito dos *Consejos Comunales* venezuelanos a partir das contribuições teóricas sobre o tema da organização popular elaborada em alguns textos escritos por Rosa Luxemburgo (1871-1919). Farei isso, num primeiro momento, abordando algumas das contribuições e ideias expressas pela autora sobre o assunto. Numa segunda parte, apresentarei as especificidades da participação popular na Venezuela bolivariana. Por fim, tentarei estabelecer paralelos e problematizações a partir do exercício teórico de analisar a prática venezuelana a partir da lente teórica luxemburguista.

Cumpra salientar, também, que a argumentação a ser apresentada em seguida foi estruturada originalmente antes do dia 5 de março de 2013, data do falecimento de Hugo Chávez Frías. Tal acontecimento gerou – e ainda gera – importantes consequências para os caminhos e propostas traçadas pela “Revolução Bolivariana” em relação ao cenário político e social da Venezuela contemporânea. Dada a

¹ Doutorando em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP). Membro do Grupo de Trabalho “Anticapitalismos e Sociabilidades Emergentes” (CLACSO). Este ensaio, em parte, integra a dissertação de mestrado defendida pelo autor, em 21 de setembro de 2010. In: Cicero, P.H.M. *Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 194p. IFCH/UNICAMP, 2010.

impossibilidade de, por hora, se firmarem conclusões precisas sobre tais impactos, este ensaio estabelece como marco temporal analítico o período que se inicia em 2005 (quando, por lei, foram criados os Conselhos) e se estende até 2008, ano em que tais instâncias deliberativas assumiram seu mais alto nível de organização.

2. O tema da “Organização Popular” na obra de Rosa Luxemburgo

2.1. A questão do centralismo

No texto *Questões de organização da social-democracia russa*, escrito por Rosa entre 1903 e 1904, há importantes considerações sobre o desafio que o movimento socialista na Rússia – devido ao histórico absolutista daquele Estado – teria de superar para criar uma organização popular baseada, verdadeiramente, na luta proletária de classes.

Rosa expõe, logo no início do texto, suas considerações sobre o tema da “organização”, argumentando que esta não deveria ser um produto artificial da propaganda, mas uma consequência histórica da luta de classes. Nesse sentido, em condições normais, onde a dominação política de classe por parte da burguesia precede o movimento socialista, é a própria classe burguesa a responsável por iniciar a coesão política dos operários.

Contudo, de acordo com Rosa, o caso russo deveria ser analisado de forma diferente, pois lá, em decorrência do regime czarista, não houve a fase do domínio burguês. Nesse cenário, então, caberia à social-democracia russa cumprir a difícil tarefa de suprimir um período do processo histórico e conduzir o proletariado diretamente da atomização política à mais alta forma de organização.

Por ter de dar esse “pulo histórico”, para Luxemburgo, era natural que o partido revolucionário russo priorizasse como estratégia organizativa a prática do “**centralismo**”. Através desse método de organização política, separam-se os grupos organizados dos desorganizados, sendo que os primeiros assumem a primazia. Nesse sentido, emerge uma rigorosa disciplina e, também, a interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais em todas as manifestações vitais das organizações locais do partido.

É importante salientar que, no texto em pauta, Rosa expressamente reconhece a importância de centralismo para a organização do partido revolucionário. A pensadora polonesa afirma, inclusive, que certa inclinação ao centralismo é inerente à social-democracia, pois a luta proletária deve se estabelecer como um movimento político adversário de todo o tipo de particularismo e federalismo nacionais, “centralizando” o confronto na questão da classe social.

Assim, destinada a representar a totalidade do proletariado como classe – em oposição a interesses parciais – a social-democracia, naturalmente, tende a unir todos os grupos da classe operária num partido comum, unificado.

Resta claro, portanto, que Rosa não assume um posicionamento “anti-centralista”. Ou seja, para a autora, o partido revolucionário cumpre importante papel quando trabalha para facilitar, coordenar e centralizar os esforços no sentido de tornar mais exequível a “tarefa/direito” do proletariado de tomar para si as rédeas

organizativas do processo revolucionário. Trata-se, então, de um pensamento vinculado ao chamado “socialismo libertário” e, não propriamente, ao ideário anarquista.

Nesse sentido, a coordenação da luta não pode ser deixada de lado, mas deve, porém, ser pensada através da ação autônoma das massas. Segundo Luxemburgo (apud Loureiro, 2011, p. 06):

A centralização social-democrata não pode fundar-se na obediência cega, na subordinação mecânica dos militantes a um poder central. E, por outro lado, nunca se pode erguer uma parede divisória absoluta entre o núcleo do proletariado com consciência de classe, solidamente organizado no partido, e as camadas circundantes, já atingidas pela luta de classes, que se encontram em processo de esclarecimento de classe.

Tal cenário é totalmente distinto daquilo que a autora denomina “**tendência ultracentralista**” do partido russo. Esta situação, a qual Rosa opõe-se frontalmente, caracteriza-se pela obediência cega das massas aos rígidos estatutos e normas impostas pela direção central do partido que, conseqüentemente, podam as iniciativas e o protagonismo do movimento popular. Assim, a consciência socialista passa a ser imposta ao proletariado “de fora para dentro”, ou seja, a formação da consciência proletária não deriva da luta de classes propriamente dita, mas, sim, do trabalho intelectual da vanguarda do partido revolucionário.

Para Rosa, a perspectiva “ultracentralista” caracterizava a liderança política exercida por Lênin no seio do processo revolucionário russo. Essa tendência manifestava-se na rigorosa e hierarquizada disciplina partidária e na interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais do partido em todos os potenciais espaços para a prática revolucionária. Em decorrência disso, segundo Luxemburgo, estabeleceu-se a hierarquização entre a vanguarda do partido e a base.

2.2 Os Conselhos operários

Ensina-nos Luxemburgo que as análises sobre as instâncias de autogestão operária devem ser realizadas “coladas” à conjuntura histórica. Ou seja, a autora enfatiza que as mais bem sucedidas experiências de ampliação da participação popular “desde e pelos de baixo” – tais como, por exemplo, a Comuna de Paris (1871), os *soviets* e os “conselhos de operários e soldados” alemães – não foram estruturadas a partir de uma elucubração teórica da vanguarda socialista.

Ao contrário. As estruturas acima referidas se originaram da ampliação da participação popular que, na prática, deu vazão a um novo modelo de organização social, onde a política estabeleceu-se como um assunto cotidiano e fundamental na vida de todos, de modo que o mundo dos assuntos públicos passou a ser determinante na vida dos homens. Trata-se, então, de uma experiência verdadeiramente revolucionária, na medida em que se sedimenta uma nova forma de articular o binômio “indivíduo/coletividade”, sedimentando um “contra-poder” popular, que emerge em

oposição às instituições “pseudodemocráticas” da sociedade burguesa. Sobre o assunto, argumenta Rotolo (2008, p. 95):

Para Rosa Luxemburgo, a ação autônoma e a experiência das massas são o caminho para construir o socialismo. Ao mesmo tempo, o socialismo de Luxemburgo não é possível se não houver liberdade de pensamento e de discussão. Os conselhos são, em certo sentido, a encarnação do ideal de socialismo em Rosa. Neles os homens podem decidir sobre os assuntos públicos de maneira igual, tendo igualmente o mesmo acesso às decisões e o mesmo peso político. Em certo sentido, os conselhos são para Rosa o mesmo que ela entendia por ditadura do proletariado.

Nesse sentido, para Rosa, a construção do socialismo só faz sentido se pensado como um projeto “das-e-para” as massas que, se efetivamente construído, tem potencial para criar uma nova – e revolucionária – “prática da política”, através da qual, em oposição ao poder burguês, os conselhos operários estabelecer-se-iam como o cerne do poder, a representação do Estado socialista, o poder exercido pelas massas.

E, para Luxemburgo, tal situação só é possível através da implementação da ideia segundo a qual “a consciência de classe se cria na ação, de que o papel do partido é esclarecer e agitar” (Apud, Loureiro, 1995, p. 140). É no texto *O que quer a Liga Spartacus*, escrito em 1918, que Rosa posiciona-se expressamente sobre o tema:

Assim, da cúpula do Estado à menor comunidade, a massa proletária precisa substituir os órgãos herdados da dominação burguesa [...] pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e soldados. Precisa ocupar todos os postos, controlar todas as funções, aferir todas as possibilidades do Estado, pelos próprios interesses de classe e pelas tarefas socialistas. E só por uma influência recíproca constante, entre massas populares e seus organismos, os conselhos de trabalhadores e de soldados, é que a atividade das massas pode insuflar ao Estado um espírito socialista (Luxemburgo, 1991).

Resta claro, portanto, a contundente posição assumida por Rosa que aponta para os conselhos como substitutos legítimos da classe trabalhadora ao poder do estado burguês (Rotolo, 2008).

3. Consejos Comunales e democracia participativa na Venezuela

A aprovação da nova constituição federal, logo no segundo ano do governo Hugo Chávez Frías (1999), fixou as bases para a inserção da participação direta no sistema político venezuelano. Essa inovação foi bastante importante, uma vez que flexibilizou o que vinha sendo uma constante na história republicana daquele país: a exclusividade da democracia representativa no sistema político nacional, no qual a participação se resumia ao direito ao sufrágio nas eleições presidenciais a cada cinco anos.

Grosso modo, a referida Carta Magna dispõe sobre a construção de instrumentos que, segundo o texto, facilitariam o controle social, ou seja, ações que possibilitam aos

indivíduos ou grupos de cidadãos, de forma organizada e independente, exercer a co-responsabilidade na gestão dos assuntos públicos. Nesse sentido, a norma estabelece que não se deve prescindir do modelo representativo. Contudo, deixa claro que é essencial reforçá-lo com a participação direta dos cidadãos (conforme dispõe, entre outros, o artigo 62).

A estrutura criada para cumprir a tarefa de incentivar a chamada “participação cidadã” foram os “*Consejos Comunales*” (CC) que, por sua vez, estabeleceram-se em duas etapas. Na primeira delas, ocorrida no ano de 2005 e instituída por meio da *Ley Orgánica del Poder Municipal*, os conselhos tornaram-se parte do *Sistema Nacional de Planificación* e, a partir dele, passaram a desempenhar o papel de articulação entre as comunidades de bairro e/ou associação de vizinhos junto aos órgãos municipais responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas.

Já na segunda etapa, iniciada em abril de 2006, na qualidade de legislação complementar à constituição federal, entrou em vigência a *Ley de los Consejos Comunales* (LCC), que estabeleceu as bases para a formação e desenvolvimento das unidades territoriais básicas a partir de onde, segundo os bolivarianos, se potencializariam a participação popular e o autogoverno.

Em tese, portanto, os CC constituíram-se como um importante instrumento para ajudar a dar vazão institucional às lutas sociais em curso na Venezuela. Nas palavras de Chávez, os CC representam:

Los disparadores del ejercicio real de la soberanía popular y un instrumento de redistribución y descentralización del poder, pues se trata del poder popular en marcha, la democracia participativa. No es para nada esto de que allá cuatro o cinco personas van a decidir por mí; no, vamos todos a participar (Venezuela, 2005).

Para tanto, ao contrário das pretéritas instâncias participativas propostas pelo governo bolivariano, as funções e competências dos CC foram aumentadas. Além de gozar do direito de definir e hierarquizar as prioridades para o reparo e/ou desenvolvimento dos setores essenciais para a vida em suas comunidades, aos participantes dos CC foram abertas novas possibilidades de atuação sendo que, a mais relevante delas, diz respeito à oportunidade de executar diretamente os recursos orçamentários disponibilizados pelo Estado, além de exercer eles próprios a controladoria social sobre tais investimentos. A LCC², em seu artigo segundo, os define da seguinte maneira:

El marco constitucional de la democracia participativa y protagónica; son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social.

² A lei pode ser lida na íntegra em: <http://www.asuntopublico.com/documentos/LECC.pdf>

Dados oficiais apontaram que, até o mês de março de 2008, havia 26.143 CC em funcionamento e outros 10.669 se encontravam em processo de formação por toda a Venezuela. Portanto, em pouco menos de dois anos, quase quarenta mil conselhos foram ou estavam sendo estruturados. Estes, ao todo, estavam administrando cerca de 1,7 bilhões de Bolívares (equivalentes a U\$ 400 milhões) ³.

3.1. Avanços e retrocessos

É evidente que devido às díspares experiências históricas de organização apresentadas pelas diferentes comunidades e, por conseguinte, às desigualdades tanto nos níveis de ativismo dos membros como no acesso à informação, as experiências e os resultados obtidos em cada um dos CC são bastante distintos (Azzellini, 2008).

Tendo em vista principalmente sua rápida difusão – a qual, entre outros fatores, ocorreu devido aos benefícios materiais alcançados pelas comunidades organizadas em CC – são nítidos alguns progressos relacionados à criação desses espaços. O principal deles, apontado pela maior parte dos estudos consultados, diz respeito ao fato dos CC terem se tornado ótimas ferramentas para o enfrentamento dos problemas estruturais – como, por exemplo, o combate às debilidades nas políticas públicas relacionadas à saúde, saneamento básico e coleta de lixo - que afetam de maneira cotidiana a vida das comunidades desde onde estão assentadas as instâncias deliberativas (conforme apontam o texto coletivo de Cilano, Córdova e Chaguaceda, 2009).

Outro importante avanço proporcionado pela estruturação dos CC diz respeito ao estímulo à politização e à participação dos cidadãos nos assuntos referentes ao trato do bem comum⁴. Nesse sentido, os resultados obtidos mostram-se satisfatórios, pois lograram estabelecer um espaço no qual os cidadãos têm acesso a mecanismos administrativos que lhes possibilitam integrarem-se à programação, execução e fiscalização das principais políticas públicas desenvolvidas no entorno de sua residência. Funcionam satisfatoriamente, também, como instâncias de articulação entre as diversas organizações comunitárias e grupos sociais que, uma vez unidas, conseguem mais facilmente pressionar pela participação direta das comunidades na gestão de políticas públicas (García-Guadilla, 2008).

Os CC representam, portanto, células territoriais que, legalmente, criaram espaços deliberativos com potencial para incentivar o comportamento participativo dos cidadãos na vida política local. Servem, assim, como instâncias propícias à aprendizagem e execução de elementos da prática política centrais para o aperfeiçoamento do censo de sociabilidade e politização dos membros das comunidades (Cilano, Córdova e Chaguaceda, 2009).

³ Tanto o número de CC quanto o montante por eles manejado foram colhidos no sítio <http://www.mps.gob.ve>, de responsabilidade do “Ministerio del Poder Popular para la Participación y el Desarrollo (Minpades)” da Venezuela.

⁴ O estudo empírico sobre CC levado a cabo por Machado (2009) concluiu que somente poucas pessoas tinham envolvimento com grupos de vizinhos anteriormente, uma vez que havia incredulidade quanto à possibilidade de se conseguir resultados concretos que beneficiariam diretamente a vida de seus membros. Segundo o autor, este não é o caso hoje, pois os participantes [dos CC] expressaram esperança na possibilidade de seu envolvimento trazer benefícios para a comunidade da qual fazem parte.

Contudo, a experiência acumulada nos CC não trouxe apenas benefícios no que concerne à estruturação da organização popular na Venezuela. Vários foram os prejuízos aos esforços voltados ao desenvolvimento político autônomo das comunidades. Ao forçar sua institucionalização, a administração bolivariana lançou mão dos CC para, “de cima para baixo”, fazer com que o novo modelo englobasse todas as outras iniciativas participativas então em exercício.

Formalizou-se, assim, o esforço político chavista no sentido de homogeneizar o movimento popular venezuelano para atrelá-lo às instâncias governamentais (García-Guadilla, 2008).

3.2 Sobre a autonomia

A problematização acima exposta toca no ponto central para os debates sobre a natureza da prática política consubstanciada nos CC: a questão da [falta de] autonomia. Tal conceito, no presente estudo, expressa a capacidade que determinado grupo social tem de tomar decisões sobre suas pautas e atividades de maneira soberana ante as demais organizações políticas (como o Estado, os partidos políticos e os sindicatos).

A falta de autonomia tende a indicar cooptação o que, por sua vez, ocorre a partir do momento em que estruturas de poder alheias à dinâmica política daquele grupo passam a controlar e/ou exercer influência sobre as atividades e posicionamentos assumidos por este. Tal situação é crítica, na medida em que é exatamente a autonomia uma das principais características constitutivas de um movimento social⁵.

No caso venezuelano há situações (que, inclusive, foram formalizadas em lei) onde a autonomia dos CC é flagrantemente violada em benefício do poder executivo, o qual goza de prerrogativas fortemente impositivas e de comando sobre a fundação e o desenvolvimento das atividades dos conselhos.

A primeira delas refere-se ao procedimento necessário para se requerer a aquisição da personalidade jurídica dos CC, condição imprescindível para seu estabelecimento legal. O único órgão habilitado para conferir dita chancela é uma “Comissão Presidencial”, composta por funcionários vinculados ao governo, que têm poderes discricionários para deferir ou não os pedidos. Assim dispõe o artigo 30 da LCC:

Se crea la Comisión Nacional Presidencial del Poder Popular, designada por el Presidente de la República, a los fines de: 1. Orientar, coordinar y evaluar el desarrollo de los Consejos Comunales a nivel nacional, regional y local [...] 4. Recabar los diversos proyectos aprobados por los consejos comunales [...] 6. Crear en las comunidades donde se amerite o considere necesario, equipos promotores externos para impulsar la conformación de los Consejos Comunales, de acuerdo a lo establecido en la presente Ley y su reglamento.

⁵ Para Lander (2002), a tarefa mais importante na existência dos movimentos sociais é, exatamente, a preservação de sua autonomia. Segundo o autor, nenhum movimento popular consegue se desenvolver de forma vigorosa se carecer de autonomia, ou seja, se ficar subordinado política e/ou financeiramente às diretrizes do Estado. Caso isso ocorra, disseminar-se-ão relações tendentes ao clientelismo.

Outra peculiaridade imposta pelo ordenamento em pauta diz respeito à federalização dos conselhos. Ao contrário das experiências anteriormente realizadas no país – as quais se desenvolveram a partir de prefeituras - os recursos destinados ao financiamento dos CC provêm de verbas federais. Conseqüentemente, a gestão financeira está atrelada ao governo (conforme estabelece o artigo 25 da referida lei).

Nesse sentido, exatamente por serem desenhados a partir de um modelo de financiamento dependente das instâncias federais, críticas dão conta de que o mandatário venezuelano controla arbitrariamente o processo, escolhendo quais comunidades terão seus projetos efetivamente colocados em prática de acordo com o seu apoio ou não ao bolivarianismo (García-Guadilla, 2008).

Assim, de acordo com as análises feitas pelos setores oposicionistas “à esquerda” do governo – como, por exemplo, as elaboradas pelo periódico “El Libertario” - os CC não funcionam como espaços verdadeiramente comprometidos com a “participação cidadã” e com o processo de descentralização administrativa.

Pelo contrário. Tais setores os denunciam como importante parte da estratégia bolivariana com vistas a exercer o controle político em nível local por meio da utilização de medidas essencialmente clientelistas, ou seja, pautadas na distribuição de recursos públicos objetivando a manutenção do apoio das bases⁶.

3.3. Incentivo à participação ou estratégia clientelista?

García-Guadilla (2008), em seu estudo empírico, estabelece duas vertentes de atuação dos CC no que se refere à efetiva transferência de poder político à população: num primeiro cenário, há poucos casos onde os CC foram constituídos a partir de organizações sociais pré-existentes as quais, ao estabelecerem-se como conselhos, mantiveram-se empenhados em levar a diante suas lutas sociais⁷.

De outro lado, ainda de acordo com a supracitada autora, há a atuação denominada “técnico-clientelar”, percebida na maioria das situações, por meio da qual a população se organizou em CC como uma etapa necessária para obter recursos junto ao governo. Ou seja, o estudo aponta a obtenção de recursos financeiros para as comunidades como principal fator que mantém ativos a maior parcela dos conselhos. Infere-se, então, que caso tais recursos não sejam mais distribuídos há grandes chances dos CC serem desativados. Complementa a socióloga venezuelana López-Maya:

La estructura actual de los consejos comunales tiene severas limitaciones para impulsar una participación democrática y autónoma. La participación para que genere empoderamiento debe traer una dinámica de abajo hacia arriba. Tal y como

⁶ Há relatos no estudo de García-Guadilla (2008) sobre o fato de que, especialmente nos CC fundados em bairros populares, a filiação de seus membros junto ao partido governista (PSUV) é exigida como requisito indispensável para que estes possam ser atendidos pelos burocratas do governo e, assim, submeterem à avaliação seus projetos e propostas de intervenções.

⁷ García-Guadilla (2008) destaca um pequeno grupo de movimentos sociais de base popular, os quais se fortaleceram durante a presidência de Chávez, que continuaram a atuar de maneira autônoma e em diálogo com as instâncias governamentais mais progressistas, tais como a *Frente Nacional Comunal* e a *Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora*, além de diversas rádios comunitárias que foram legalizadas durante a administração bolivariana.

está concebida la ley es al revés, promueve dependencia al Presidente y se podría prestar fácilmente al clientelismo. Hoy te financio y mañana me pagas con tu voto (López-Maya, 2007).

As considerações acima formuladas explicitam, portanto, importantes falhas no desenho institucional dos CC, os principais mecanismos de participação direta na política venezuelana atual. Assim sendo, tendo em vista a clara intervenção por parte das instâncias governamentais, parece não haver espaço para a estruturação de uma rede de movimentos sociais combativa e suficientemente autônoma.

O que há, sim, é a formação de um emaranhado de pequenas estruturas espalhadas pelos bairros que, por fazerem parte da estratégia política bolivariana de organização popular “de cima para baixo”, são levadas a funcionarem de forma limitada quanto a suas possibilidades de ação e alcance de suas atividades.

3.4. Bolivarianismo e a organização popular “de cima para baixo”

O estudo pormenorizado do processo político que culminou no estabelecimento dos CC na Venezuela é elucidativo e nos permite expandir o campo de análise sobre quais foram as principais características da estratégia política bolivariana no que diz respeito à organização popular naquele país.

É evidente a preponderância de ações direcionadas “de cima para baixo”, ou seja, esforços que buscam viabilizar uma estrutura política em forma de pirâmide, na qual Chávez ocupava o cume enquanto as demais forças de apoio estavam hierarquicamente organizadas de maneira que quanto mais alto determinado militante se encontrar na escala de poder, mais influente sua opinião se tornará para o desenvolvimento do projeto político bolivariano.

Trata-se, portanto, de um posicionamento corriqueiramente defendido pelo próprio ex-presidente através do qual se reconhecia a importância da solidificação de uma rígida estrutura partidária que fosse capaz de conduzir eficientemente a revolução bolivariana por suas perigosas encruzilhadas, sem que houvesse cisões ou rachas que comprometam a unidade do movimento.

Nesse sentido, os métodos impostos pela cúpula comandada por Chávez como forma de aperfeiçoar a participação popular na Venezuela passaram a ser, via de regra, profundamente atrelados ao poder executivo. Conseqüentemente, apesar dos constantes ataques à burocratização feitos pelo próprio presidente Chávez⁸, o processo político havido naquele país era, na prática, operado de forma verticalizada.

Assim, se por um lado, a referida estratégia confere maior unidade e coordenação às atividades e projetos propostos pelo movimento bolivariano, por outro, muitos são os “efeitos colaterais” originados a partir dela. O mais aparente deles diz

⁸ Dentre tantas falas contra a burocratização, pode-se citar a seguinte passagem extraída de um discurso pronunciado por Hugo Chávez aqui citado por Francia (2003, p. 23): “Cuidado con la burocratización de los cargos, cuidado con lo gustito de la silla, a la comodidad, al aire condicionado y los grandes espacios y el protocolo. Rompamos con todo eso, que nos encadene todo eso porque nos estaríamos encadenando el fracaso”.

respeito ao estabelecimento de uma estrutura partidária superdimensionada e, emprestando a terminologia de Rosa, “ultracentralista”.

A consolidação dessa “elite política chavista” é sintomática e deixa transparecer claramente a leviana concepção segundo a qual seria possível, através da planificação e distribuição equânime da renda capitalista do Estado venezuelano, promover uma transição pacífica, etapista, centralizada e ordenada rumo ao socialismo.

Por fim, outra questão controversa gerada pela aplicação da estratégia “de cima para baixo” no processo político venezuelano diz respeito a contínua absorção/cooptação das organizações populares e de seus mais destacados militantes por parte das instâncias governamentais bolivarianas.

A lógica verticalizada e centrada essencialmente nos aparelhos de Estado faz com que as diferentes vertentes do movimento bolivariano tenham de se vincular às instâncias governamentais para, assim, disporem de alguma chance de verem seus projetos e intervenções desenvolvidos. As mobilizações respondem, então, a uma agenda política imposta pela cúpula partidária, sendo quase inexistentes convocatórias autonomamente produzidas ou atos de solidariedade quando determinada instância ou vertente do movimento é reprimida pelas instituições formalmente constituídas (Denis, 2005).

4. O Caso Venezuelano à luz das ideias Luxemburguistas

O “estudo de caso” acima apresentado procurou demonstrar que a revolução bolivariana logrou flexibilizar o modelo exclusivamente representativo que, até então, caracterizava o sistema político venezuelano. Para tanto, a Constituição de 1999 ampliou as possibilidades de participação direta da população na execução de políticas públicas. Assim, em tempos recentes, construiu-se no país uma arquitetura institucional através da qual, formalmente, a participação dos cidadãos em uma ampla e variada gama de assuntos relacionados à gerência dos assuntos públicos é incentivada.

Porém, a utilização das ferramentas participativas e o novo desenho institucional criado pelas reformas propostas pela administração bolivariana não foram suficientes para o efetivo desenvolvimento de iniciativas políticas autônomas. Estabeleceu-se, sim, uma espécie de “democracia delegativa”, articulada a partir de uma administração pública ultracentralista e não aberta à efetiva participação popular.

Ao tentar analisar o processo político em questão a partir das considerações feitas por Rosa Luxemburgo sobre o tema da “organização popular” - por mais arriscada e “academicamente perigosa” que essa tarefa possa ser - é possível traçar interessantes paralelos. Enumerarei algumas ideias bastante imaturas que, no futuro, espero, possam ser desenvolvidas com maior rigor e profundidade:

1 – Guardadas as devidas proporções, as dificuldades estruturais para o desenvolvimento de uma prática verdadeiramente socialista na Venezuela contemporânea são tão difíceis como para a Rússia de 1904 (ano em que Rosa escreve *Questões de organização da social-democracia russa*).

Aqui é preciso retomar uma importante especificidade presente na estrutura das classes sociais venezuelanas e que exerce grande impacto em relação à organização popular naquele país: o fato da classe trabalhadora não ter desempenhado um papel centralizador ou de vanguarda no atual processo político.

Essa peculiaridade está fortemente vinculada ao tipo de formação social da Venezuela, baseada numa economia dependente da exploração petroleira, sem indústrias de base e, por isso, com uma classe trabalhadora precarizada e extremamente segmentada. Este cenário, por sua vez, resulta na inexistência de um movimento de trabalhadores forte e articulado.

Por conseguinte, lá, são poucas as possibilidades de se construir, a partir da luta cotidiana e ilimitada dos trabalhadores, a cultura e a prática socialista com vistas à por fim na exploração do trabalho assalariado.

2 - Essa dificuldade estrutural, que também se apresentava a Lênin no caso russo, foi um convite à tendência ultracentralista que, sem sombra de dúvidas, caracteriza o governo Chávez no que concerne ao tema da organização popular.

A tendência à burocratização do processo revolucionário, percebida e confirmada no desenrolar da história da Rússia soviética, parece se repetir no caso venezuelano. É flagrante o pouco espaço e, até mesmo, a repressão por parte do governo bolivariano das iniciativas e lutas populares insurgentes, que acabam sendo sufocadas pelos limites impostos aos cidadãos por uma estrutura de poder hierarquicamente estabelecida e sem qualquer perspectiva séria de democratização ou de transferência de poder ao movimento popular.

3 – No que concerne especificamente ao advento e às atividades desenvolvidas pelos Conselhos Comunais, apesar destes terem proporcionado importantes estímulos à politização da sociedade venezuelana, há um abismo em relação ao preconizado por Rosa Luxemburgo em seus textos sobre a organização popular.

A arquitetura institucionalizada e totalmente atrelada ao governo dos Conselhos, ao invés de incentivar a solidificação das ferramentas participativas e socializar entre o maior número de pessoas a responsabilidade pela construção do bolivarianismo, acaba por frear as iniciativas que vislumbram o fortalecimento da organização autônoma dos setores populares. Assim, o controle hierarquizado dos recursos e do poder político operou como um mecanismo de cooptação das lideranças populares as quais, na maioria dos casos, foram compelidas a exercer de forma acrítica a mediação entre a cúpula e a base chavista nos processos de tomada de decisão. Houve, portanto, na prática, a primazia da representação em detrimento da efetiva participação popular.

5. Bibliografia

AZZELLINI, Dario (2008). La revolución bolivariana: o inventamos o erramos. *Bajo el Volcán*, Puebla, Vol 7, n. 12.

CICERO, Pedro (2010). *Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías*. Dissertação (Mestrado em Ciência

Política). 194p. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CILANO, Johanna, CORDOVA, Edgard e CHAGUACEDA, Armando (2009). Participación ciudadana y reforma del Estado en Venezuela. *OSAL*, Buenos Aires, Año 10, n.26.

DENNIS, Roland (2001). *Los fabricantes de la rebelión*. Caracas: Editorial Primera Línea.

_____ (2005). *Revolución en la revolución desde la situación venezolana*. Disponible em: <http://www.aporrea.org/actualidad/a17733.html>.

FRANCIA, Néstor (2003). *Qué Piensa Chávez*. Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones.

GARCÍA-GUADILLA, Maria (2008). La praxis de los consejos comunales en Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol.14, n.1.

LANDER, Edgardo (2002). Sociedad Civil: ¿un espacio democrático de los movimientos sociales y del movimiento popular? *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Caracas, Vol. 7, n. 18.

LÓPEZ-MAYA, Margarita (2007). Venezuela: las elecciones presidenciales de 2006. *Cuadernos del CENDES* (Centros de Estudios del Desarrollo), Caracas, Año 24, n.64.

LOUREIRO, Isabel (1995). *Rosa Luxemburg: Os Dilemas da Ação Revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp.

LUXEMBURGO, Rosa (1991). *O que Quer a Liga Spartacus?* In: LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes.

LUXEMBURGO, Rosa (2011). *Questões de organização da social-democracia russa*. In: LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.

MACHADO, Jesús (2009). Participación social y consejos comunales en Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol.15, n.1.

ROTOLO, Tatiana (2008). Rosa Luxemburg e os Conselhos Operários. *Lutas Sociais*, n. 19.

VENEZUELA (2005). *2005: Año del salto adelante: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías*. Caracas: Presidencia de la República, t.7.